

A roda da fortuna do Banco Central

Ronaldo de Oliveira 06.06.01

Os 3 mil aposentados do Banco Central pelo RJU são um capítulo à parte no cesto de benesses ofertadas pelo governo aos inativos públicos. Eles recebem benefício médio de R\$ 7 mil. Em 1996, o Tribunal de Contas da União decidiu que eles também se submetiam ao Regime Jurídico Único, como os demais servidores públicos da administração direta, com direito à aposentadoria integral.

Os servidores não tiveram dúvidas: correram para a aposentadoria. Em 1997, a folha de pagamento aumentou cinco vezes: pulou de R\$ 50 milhões para R\$ 250 milhões. Muitos deles voltaram a ocupar cargos públicos, acumulando salário e aposentadoria. Mas não foi só isso. Além da aposentadoria integral, puderam sacar o FGTS.

Também receberam uma polpuda parte do patrimônio da Centrus, o fundo de pensão que existia desde 1977 e que era custeado com contribuições dos funcionários e do Banco Central, que, como patrocinador, aportava o dobro do recolhido pelos participantes.

Foram distribuídos R\$ 1 bilhão entre eles (um terço do patrimônio do fundo) em 1997 e



**PARENTE: FUNCIONÁRIO DO BC,
GANHOU COM MP DO GOVERNO**

1998, por meio de uma medida provisória produzida por cabeças coroadas da equipe econômica na época, que também eram funcionários de carreira do BC. Foram beneficiados o então secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente, seu assessor Cincinato Rodrigues de Campos, Luis Carlos Sturzenegger (ex-procurador geral da Fazenda Nacional), Odair Lucietto (assessor da Casa Civil), diretores e ex-diretores do BC. O dinheiro foi distribuído entre os inativos do RJU e os ativos.

O Ministério da Previdência e outros integrantes do Ministério

da Fazenda foram contra — entre eles, o ex-secretário-executivo Amaury Bier. Teve integrante do governo Fernando Henrique Cardoso que levou a bolada de mais de R\$ 1 milhão de uma só tacada. Foi Cherokee para cá, apartamentos para lá. Na época, uma agência de automóveis montou um estande em frente ao BC para vender carros. Segundo relatos de corretores, os preços dos imóveis em Brasília dispararam.

Sobre a proposta de devolver todo o dinheiro da Centrus aos cofres públicos para custear a aposentadoria integral determinada pelo RJU, os diretores do BC alegaram na época que, como os demais servidores federais não contribuíram para o benefício integral, eles também não o fariam. A distribuição de R\$ 1 bilhão foi feita no mesmo ano em que a equipe de Pedro Parente lançou um pacotaço fiscal, que atingiu assalariados e funcionários públicos.

Atualmente, o Banco Central tem a receber do Centrus R\$ 1,5 bilhão (os dois terços que sobraram). Mas a fortuna continua no fundo, que é uma instituição de direito privado. A lista dos principais beneficiados pela devolução de parte do dinheiro da Centrus nunca foi divulgada.